

CRÍTICA AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO*

Jorge Montenegro Gómez**

Resumo:

No discurso socioeconômico e político vigente o desenvolvimento é um mobilizador poderoso. As diretrizes das políticas públicas e os anseios da iniciativa privada orbitam ao redor desse objetivo supostamente benéfico para toda a sociedade. No entanto, a idéia de desenvolvimento habitualmente utilizada se inscreve plenamente ao corpo ideológico do capital, servindo como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação. A evolução deste conceito, portanto, coincide com as necessidades de superação das crises do capital nas últimas seis décadas, chegando na sua formulação mais recente a priorizar o âmbito territorial local como escala mais acurada para desencadear o almejado desenvolvimento. Sem constituir-se numa proposta homogeneamente concebida, o *desenvolvimento local*, reforça a dinâmica acumulativa do capital e avança nas estratégias de controle social. O reformismo que propõe o desenvolvimento local através da consolidação de uma comunidade plural, fortalecida pelo consenso e a participação, não abala o *status quo* de uma relação capital x trabalho dominada pelo primeiro. Uma leitura crítica das relações entre desenvolvimento, participação, autonomia e controle social devem nos permitir ir além do sistema ideológico que o capital propõe com a idéia de desenvolvimento.

Palavras chave:

Desenvolvimento local, controle social, participação, relação capital x trabalho

Abstract:

In the socio-economic and politic speech effective the development is a powerful MOBILIZER. The direction of the public politics and the yearnings of the private initiative gravitate around of this supposedly beneficial objective for all the society. However, the idea of development habitually used it's ascribed fully to the ideological body of the capital, serving as DINAMIZADOR instrument of its expansion and accumulation. The evolution of this concept, therefore, coincides with the necessities of overcoming of the last crises of the capital in the last six decades, arriving in its more recent definition to PRIORIZAR the local territorial scope as it scales MAIS ACURADA to unchain the longed for development. Without consisting in a proposal HOMOGENY conceived, the local development, strengthens the accumulating dynamics of the capital and advances in the strategies of social control. The reforming policy that considers the local development through the consolidation of a plural community, fortified for the consensus and the participation, does not shake the status quo of a capital relation x labour dominated for the first one. A critical reading of the relations between development, participation, autonomy and social control must in allowing to go them beyond the ideological system that the capital considers with the development idea.

Keywords:

Local development, social control, participation, relation capital x labour

CRITIQUE TO THE CONCEPT OF DEVELOPMENT

“Ninguém pode estar contra do desenvolvimento”. “Quem seria capaz de desejar que uma criança, uma planta ou a sociedade em seu conjunto não se desenvolvesse, não melhorasse?” Questões tão triviais como estas marcam a essência do discurso do desenvolvimento que, desta forma, pareceria um objetivo “oni-benéfico”, um fim almejado por todos. Sob esta idéia de desenvolvimento, tomada da biologia, se nos apresenta uma mensagem de melhora, de progresso.

Mas, em que consiste esse desenvolvimento de que tanto se fala nos foros econômicos, sociais e políticos? Para quem é bom realmente o desenvolvimento?

Neste artigo tentamos expor algumas críticas e alguns limites desse conceito badalado, mostrando aliás a polissemia que encerra. Assim, mostraremos como não existe uma só forma de entender e propor o desenvolvimento, nem da forma que hoje está colocado serve aos interesses de todas as classes sociais por igual.

Depois de revelar como a idéia de desenvolvimento tem uma historicidade concreta que revela seu caráter de instrumento ideológico do capital, num segundo momento do texto centraremos a análise nas principais características do modelo de desenvolvimento que recentemente ocupa o espírito dos planos institucionais, o *desenvolvimento local*, assim como abordaremos também alguns dos limites que este modelo mostra. Finalizaremos nossa reflexão apontando algumas vias para continuar estudando a idéia de desenvolvimento desde uma perspectiva crítica, com o intuito de combater esses espectros com os quais o capital se apresenta como natural e a-histórico.

Desenvolvimento: pequena história crítica

Como acontece com muitas das categorias e conceitos associados à ideologia do capital, a operacionalização do conceito de desenvolvimento, como estratégia de reprodução do capital, é recente. Apenas nos últimos cinquenta anos vem se trabalhando com a idéia de desenvolvimento. Não se trata, portanto, de uma categoria de profundo conteúdo histórico, tampouco de uma categoria ontologicamente atrelada ao devir da sociedade, como poderia deduzir-se da consideração e às vezes, veneração, com que esta idéia é apresentada e trabalhada.

Se bem o tema do desenvolvimento teve certa importância nas preocupações dos economistas clássicos na forma de crescimento da produção, o auge das metrópoles industriais até o início do século XX fez considerar o crescimento da riqueza como algo substancial ao capitalismo, como um processo automático associado ao devir capitalista, portanto, o desenvolvimento foi ficando como uma questão secundária. Não era necessário pensar em programas que desencadearam esse desenvolvimento.

No primeiro terço do século XX, no entanto, o ritmo de expansão do sistema econômico começa a ser estudado com maior interesse[1]. Porém, as flutuações cíclicas que aconteciam na economia dos países industrializados daquela época eram explicadas em função do paradigma dominante, que considerava a evolução histórica como cíclica, portanto sob a dinâmica de um movimento autônomo. Ao mesmo tempo, a confiança em mecanismos automáticos re-equilibradores das crises dispensavam qualquer intervencionismo corretor. Não se considerava necessário estabelecer programas, públicos ou privados, destinados a promover um desenvolvimento que deveria chegar “naturalmente”, em função do próprio devir capitalista.

O contexto apresentado depois da 2ª Guerra Mundial — situação de extrema pobreza dos territórios coloniais que iam conquistando sua independência e necessidade de reconstrução dos países industrializados afetados pela guerra —, junto com a maior presença das idéias de John M. Keynes[2], modificou notavelmente o entendimento e as possibilidades de uma intervenção decidida na economia no sentido de elevar os níveis de desenvolvimento dos países.

Em 1949, no seu discurso inaugural como Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman utiliza, pela primeira vez, o termo “áreas subdesenvolvidas”. Este fato pode se considerar como a largada da corrida desenvolvimentista. Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos conseguiam assegurar-se, com esta estratégia, a iniciativa econômica e política na nova ordem internacional que ia se formando.

A partir deste momento inicial foram se construindo e aperfeiçoando tanto as noções teóricas e operativas, como as instituições que dariam respaldo ao modelo desenvolvimentista que ia sendo imposto no contexto internacional[3]. Illich (2000) e Escobar (2000) analisam este

processo dividindo-o em três fases de limites difusos que vão se sucedendo à medida que os programas de desenvolvimento implementados pelas instituições correspondentes vão fracassando. Na primeira, que começaria nos anos 50, se tem uma ênfase maior no crescimento, culminando em 1962 com a “operacionalização da pobreza” por parte das Nações Unidas quando escolhem o Produto Nacional Bruto (PNB) como o indicador que separa os “países pobres” dos “países ricos”[4].

Numa segunda etapa, nos anos 1960 e 1970, fracassa esta visão que associava crescimento com incorporação ao “clube dos países desenvolvidos”. Assim, no ano de 1973, o Presidente do Banco Mundial declara que medir o progresso através do PNB “contribuiu significativamente para exacerbar as desigualdades na distribuição de renda” (McNamara apud Illich, 2000, p. 161). O crescimento econômico medido pelo agregado econômico PNB, não trazia automaticamente a redução da pobreza. Mero crescimento não significava verdadeiro desenvolvimento[5]. Era preciso melhorar o nível quantitativo, mas também qualitativo da produção para melhorar verdadeiramente as condições de vida das populações dos “países subdesenvolvidos”[6].

Após o emprego falido do PNB como índice de desenvolvimento e a constatação de que o crescimento não trazia automaticamente melhoras no padrão de vida dos habitantes dos “países subdesenvolvidos”, esses próprios habitantes passaram, nos anos 80, a ser variáveis endógenas para atingir o desenvolvimento ao lado dos recursos naturais e do capital.

Este seria o aspecto principal da terceira etapa. A partir desta proposta, o desenvolvimento econômico virá ligado ao desenvolvimento social. O aumento nos níveis de saúde e de educação/formação revela sua importância para o desenvolvimento econômico. Desta forma, o social e o econômico se imbricam nesta nova acepção do termo desenvolvimento, desatando-se a corrida pelo planejamento do potencial humano como caminho para desencadear o desenvolvimento. Estamos diante da estratégia das Necessidades Humanas Básicas[7] como saída para os impasses com que o desenvolvimento estava se defrontando.

Ao mesmo tempo, o planejamento do desenvolvimento, que tinha começado nos anos 1950 a escala nacional, para posteriormente, nos anos 1960 e 1970, ir-se reduzindo à escala regional, se centra nos anos 1980 na escala local.

Os anos 1980, também, vão ser testemunhas do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável e das tentativas “para ‘incorporar’ mulheres ou comunidades-base no desenvolvimento” (Escobar, 2000). Além disso, os planejadores, depois de constatarem que não existia nenhum respaldo empírico para pensar que o investimento em escolas ou hospitais gerava pessoas mais produtivas e de perceber que não seria possível atingir o volume de emprego necessário para pôr em marcha serviços sociais para toda a população, se propuseram incentivar o setor informal da economia como forma de reduzir a pobreza dos “países subdesenvolvidos”. Estimulou-se o emprego nas atividades do mercado negro, da economia de permuta, do setor tradicional auto-sustentado, etc.

Que podemos dizer do processo seguido nos anos 90? Para onde têm apontado os rumos e as estratégias de desenvolvimento? Quais são os elementos que vão se consolidando como essenciais no conceito do desenvolvimento e nas estratégias que buscam impulsioná-lo?

A continuação, abordamos estas questões centrando-nos nas características do enfoque local dentro do desenvolvimento, aquele que prioriza os recursos endógenos a iniciativa e a participação da comunidade local na decisão das iniciativas que garantam o desenvolvimento da mesma. Assumimos, no entanto, que se trata de uma aproximação inicial que nos propomos aprofundar em pesquisas posteriores[8].

Desenvolvimento local: novos caminhos, velhos interesses

Como colocávamos anteriormente, o enfoque local do desenvolvimento aparece nos anos 80, depois de questionar-se tanto a escala nacional como a regional na implementação de políticas e programas de desenvolvimento. Além disso, os aspectos sociais e políticos vão sendo incorporados nas propostas de desenvolvimento, diante do fracasso acumulado por uma ênfase excessiva nos

aspectos econômicos, como mostra a pobreza dos países da periferia ou os bolsões de pobreza que aparecem nos países centrais.

Como propõe G. E. Reyes, o desenvolvimento compreende hoje uma tripla condição: social, no sentido de acesso a educação, moradia, serviços de saúde, alimentação, uso racional e sustentável dos recursos e respeito da cultura e tradições no seu entorno social; econômico, em relação às oportunidades de emprego, satisfação, como mínimo, das necessidades básicas e uma boa distribuição da riqueza; e político, a respeito da legitimidade não só em termos legais, mas também em termos de prover à maioria da população de benefícios sociais (Reyes, G. E., 2001).

Nesta interpretação do desenvolvimento é que o desenvolvimento local ganha todo seu sentido. A ênfase na melhora da qualidade de vida, na diversificação produtiva e na participação, que o desenvolvimento local exhibe como suas principais divisas, se adaptam perfeitamente a essa tripla condição atual do desenvolvimento. Mas agora com a incorporação da base territorial.

O território vai servir como aglutinador, como ponto de convergência, dessa tripla visão do “novo” desenvolvimento. A nova guinada na procura do desenvolvimento incorpora esta importância da base territorial, ainda que de forma parcial e unilateral, através do local.

Vejam. Incorpora a importância do território de forma parcial, porque o conflito capital x trabalho — inerente ao sistema de metabolismo social do capital e com uma dimensão territorial profunda — não entra a formar parte do novo paradigma. O enfoque do desenvolvimento local promovido pelos poderes públicos se limita a entender as relações que acontecem no território através do sistema de metabolismo dado: forma de regulação neoliberal; organização do trabalho toyotista; período técnico baseado na microeletrônica e microbiologia; projeto de gestão territorial que toma a concorrência como elemento central.

O enfoque do desenvolvimento local (mais propositivo que explicativo, mais uma ferramenta para promover o desenvolvimento na lógica do capital que um modelo de interpretação das relações socioeconômicas e territoriais) “anula” o conflito capital x trabalho via participação e consenso de “todas as forças sociais” nas medidas que buscam desencadear o desenvolvimento em um determinado território.

Mas também se trata de uma incorporação do território de forma unilateral, no sentido de que as possibilidades que o território oferece são peneiradas pelo estreito crivo do capital. As alternativas aceitáveis no reformulado modelo de desenvolvimento são aquelas que fortalecem a capacidade de concorrência dos territórios, aquelas que conseguem uma reprodução mais rápida do capital. As estratégias de desenvolvimento local promovem o fortalecimento individual de um território de escala local com o intuito de prepará-lo para competir com outros locais vizinhos ou de inserção mercadológica similar dentro da economia mundial, dinamizando dessa forma a circulação e acumulação do capital.

Com tudo isso, o local que se toma como fulcro do desenvolvimento é um local esterilizado de antagonismos, que se define por um projeto de gestão territorial unívoco onde as possibilidades de mudança via participação social se reduzem a aspectos complementares ou até insignificantes. Constrói-se assim um local que promovendo a diversidade associada aos recursos endógenos (naturais, econômicos, sociais, culturais, etc.), na verdade procura uma homogeneidade cara à expansão veloz do capital.

O resultado é um local marcado pela disciplina sócio-territorial do capital, que interna e externamente se regula mediante os mecanismos de mercado. A mercantilização de todas as relações sócio-territoriais afeta tanto o comportamento e relacionamento interno das pessoas que formam parte desse local, como das relações estabelecidas com locais vizinhos.

Nos modelos anteriores modelos de desenvolvimento de base *keynesiana* era no entorno do Estado que orbitavam tanto a promoção da economia, com o objetivo de alcançar os maiores níveis de crescimento econômico, quanto a oferta pública de serviços (educação ou saúde), na busca da reprodução da força de trabalho e da redução, em níveis aceitáveis pelo capital e pelos trabalhadores, dos desequilíbrios acumulados nos processos de crescimento.

Mas, atualmente, por todas as partes, o espaço público vai sendo reduzido, acanhado. O Estado vai ficando apenas com algumas parcelas da promoção econômica — como a segurança

monetário-financeira ou a realização das infraestruturas que a iniciativa privada não considera rentáveis —, deixando nas mãos privadas e no mercado a parte fundamental da regulação econômica e a mercantilização dos elementos de reprodução da força de trabalho (educação e saúde privadas, por exemplo).

A proposta do desenvolvimento local se inscreve nesta linha, atualizando, também, os mecanismos de controle social. O bojo da promoção do desenvolvimento teria como base a “comunhão” entre os diferentes atores sociais (políticos, empresários, trabalhadores), mas num contexto onde qualquer alternativa antagônica ao sistema capitalista foi simplesmente banida. Uma cidadania reificada pelo esvaziamento das possibilidades além do capital assumiria a direção do processo desenvolvimentista, apontando quais seriam aqueles caminhos mais adequados às possibilidades do território onde moram.

“Maximizar potencialidades e reduzir fraquezas”, esta seria a orientação principal de qualquer estratégia de desenvolvimento local, com a finalidade de dotar o local de melhores vantagens competitivas em comparação com outros territórios da mesma escala.

Com isto, não queremos dizer que o enfoque do desenvolvimento local seja homogêneo. Na literatura que trata deste tema podem ser observadas tendências diferentes. A partir do denominador comum da escala local e da articulação entre os aspectos econômicos e sociais encontramos um leque muito amplo do que é considerado como desenvolvimento local (Quadro 1).

Depois deste percurso por diferentes concepções do que é o desenvolvimento local, percebemos que ainda hoje não existe um conceito consolidado. Utiliza-se esta noção, para compreender e traçar caminhos aparentemente muito diversos. Porém, concordamos com Musyck quando afirma que tais caminhos enquadram-se “sempre dentro do mercado e do modo de produção do capitalismo neoliberal” (Musyck *apud* Ferrás Sexto e Paredes, 1999, p. 87). A idéia de desenvolvimento local vai se introduzindo e se fortalecendo diante da necessidade de reprodução do sistema de metabolismo social do capital.

Buscam-se saídas para as crises contínuas que atravessa este sistema. Saídas, no entanto, dentro da lógica do capital, ou seja, subordinando todas as funções reprodutivas e sociais à sua própria expansão e procurando como finalidade essencial expandir constantemente o valor de troca (Antunes, 2000). O desenvolvimento local é uma dessas estratégias que reformulam, sem modificar essencialmente, as formas de acumulação do capital.

No arco de propostas apresentadas no Quadro 1, encontramos desde aquelas mais sintonizadas com a exacerbação dos critérios de mercado como base da implementação de estratégias de desenvolvimento local[9], até aquelas que consideram critérios como a qualidade de vida, a inclusão social ou a participação da comunidade, entre outros, na tentativa de “humanizar” o sistema capitalista[10].

Mas esse leque continua limitado a uma continuidade reforçadora e/ou reformadora das estratégias que consolidam uma gestão territorial funcional à subserviência do trabalho ao capital. Em nenhum momento se explicita uma ruptura com o sistema vigente.

Assim, a maior parte das propostas apresentadas invoca a “cooperação”, “a capacidade de diálogo entre instituições” (Rodríguez Gutiérrez, 1996), “fortalecer a organização social” (Denardi et al., 2000), a “consolidação da sociedade civil” (Gabay, 2001). Formas de consenso sem conflito. Articulação harmônica de interesses antagônicos de classe. Em nenhum caso, questiona a vigente divisão social e a hierarquização do trabalho. Como se a mera possibilidade da participação dos trabalhadores na gestão local do desenvolvimento, fosse suficiente para uma transformação radical ao seu favor. Como se os interesses das classes sociais dominantes não tivessem sido preservados e não tivessem conseguido virar a seu favor quaisquer tentativas baseadas na participação democrática da população.

Quadro 1. Características Principais do Desenvolvimento Local

AUTORES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
J. F. Valcarcel-Resalt (1992)	Enfoque integrado / Contemplar tanto o território como a sociedade nele estabelecida / Mobilizar o potencial endógeno / Processo de desenvolvimento sustentável
A. Vázquez Barquero (1993)	Perspectiva territorial / Inovação / Mobilização do capital endógeno / Gestão local do desenvolvimento
E. Furió Blasco (1994)	“De baixo para cima” / Acabar com as lógicas dominantes de desestruturação dos territórios e das solidariedades locais
B. Musyck (1995)	“(…) particular forma de desenvolvimento regional na qual os fatores locais, o espírito de empresa local, as empresas locais, ou as instituições financeiras locais constituem as principais bases para o crescimento econômico regional, sempre dentro do mercado e do modo de produção do capitalismo neoliberal”
F. Rodríguez Gutiérrez (1996)	Dimensão geográfica / Participação / Cooperação / Capacidade de diálogo entre instituições / Equilíbrio e coesão territoriais / Dimensões econômica, cultural, ambiental e política
Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) (1997)	Qualidade de vida / Articulação com um projeto para toda a sociedade / Nem excludente nem seletivo / Considerar questões de gênero, sociais e culturais / Gerar emprego e ocupação
M. Rosales (1998)	Atração de investimentos / Apoio às empresas locais / Vantagens comparativas
F. Entrena Durán (1999)	Identificar as oportunidades de geração de atividades produtivas e de desenvolvimento ainda não aproveitadas / Incentivar os recursos humanos e agentes sociais encarregados de levar a cabo as atividades/ Movimentação dos atores socioeconômicos do contexto local
C. Campanhola e J. Graziano da Silva (1999)	Processo de reconstrução social “de baixo para cima” / Necessidades sociais e culturais / Inserção no mercado / Utilização e conservação dos recursos naturais locais
M. Brose (2000)	Melhoria da qualidade de vida / Sustentabilidade / Iniciativa local
R. A. Denardi et al. (2000)	Organizar fatores endógenos / Fortalecer a organização social / Aumento da autonomia local / Reter e reinvestir capitais / Aumentar a inclusão social / Regenerar e conservar o meio ambiente
R. E. Gabay (2001)	Estratégia de gestão dos governos locais / Descentralização com consolidação da sociedade civil / Favorecer a estrutura produtiva local

Fonte: Valcarcel-Resalt (1992), Vázquez Barquero (1993), Furió Blasco (1994), Musyck (1995), Rodríguez Gutiérrez (1996), DESER (1997), Entrena Durán (1999), Rosales (1998), Campanhola e Graziano da Silva (1999), Brose (2000), Denardi et al. (2000), Gabay (2001). Organização: Jorge Montenegro Gómez.

Até porque a participação se reduz ao conjunto de propostas que consolidam o mercado como unidade de medida de todos os processos sociais, o que compareceu em várias das propostas apresentadas no Quadro 1. A “inserção no mercado” de que fala Campanhola e Graziano da Silva (1999), a “mobilização do capital endógeno” de Vázquez Barquero (1993) ou a “atração de investimentos”, o “apoio às empresas locais” e as “vantagens comparativas” que Rosales (1998) associa ao desenvolvimento local, mostram a unilateralidade destas propostas, o horizonte achatado

das transformações associadas ao desenvolvimento local, ou a continuidade de uma relação capital x trabalho que relega o segundo às imposições do primeiro.

A variável espacial é que vai servir de imbricação do “consenso social amplo” e da normatização a partir do mercado que o desenvolvimento local, tal como pensado nas propostas expostas no Quadro 1, vai promover. O território local vai se constituir no alvo imediato das medidas que a própria população local decidiria, oferecendo, segundo expõem alguns autores, a possibilidade de reverter o processo de globalização desestruturadora de uma ordem social que perde nesse processo globalizador sua autonomia, no sentido de retomar sua organização e gestão territorial[11].

Ao mesmo tempo, a reconstrução das solidariedades locais em prol de uma transformação territorial que eleve a qualidade de vida dos seus membros, centra essa estratégia de desenvolvimento articulada territorialmente.

O apego ao local, se reforça e/ou se constrói a partir da satisfação dos interesses das classes dominantes, disfarçada de melhoria da qualidade de vida geral. Interesses que se inscrevem na lógica do capital: acumulação e reprodução. Após um sentimento localista que pretende elevar esse local a uma posição de vantagem dentro do sistema socioeconômico vigente, se esconde a necessária concorrência com outros locais, por ser o mercado o normatizador de qualquer proposta.

Se no mercado a concorrência é a regra básica, a proposta de desenvolvimento local, no fundo, não é mais que uma ampliação da escala onde expandir as relações metabólicas de segunda ordem[12], portanto, nada mais que um aprofundamento vertical e horizontal da concorrência territorial entre locais cada vez melhor dotados em todos os âmbitos (produtivo, formativo, institucional, etc.) e com uma população cada vez mais articulada em torno do mito da qualidade de vida no interior de uma comunidade coesa.

Assim, após essa expressão, *desenvolvimento local*, existe toda uma construção ideológica funcional à reprodução do capital. Por um lado, a partir da idéia de desenvolvimento como progresso aceitável universalmente e, por outro lado, a partir do redimensionamento da escala de implementação das estratégias de reprodução do capital, escolhendo o local na tentativa de superar os empecilhos que entravavam essa reprodução. O local, portanto, serviria a um duplo objetivo: reforçar o controle exercido pela dinâmica do capital num âmbito territorial menor e incorporar algumas demandas originadas pela desestruturação, os desequilíbrios e as desigualdades produzidas pela própria lógica destrutiva do capital.

Em todo caso, se trata de uma proposta que visa manter a relação capital x trabalho nos tradicionais termos de exploração do primeiro sobre o segundo. Sem mudança alguma na parte essencial, ainda que com ligeiras modificações na forma de ser implementada, baseadas na falácia da possibilidade de consenso construído a partir do desequilíbrio e da desigualdade, não solucionáveis.

Neste sentido, consideramos limitadas as propostas dos autores que vêm no desenvolvimento local uma maneira de reformar o sistema capitalista. Sua pretensão de impor controles sociais para a reprodução do capital, sejam estes controles exercidos pelo Estado, sejam exercidos pela participação ativa da sociedade civil, esquecem da verdadeira essência do capital, da impossibilidade de poder dominá-lo.

Desenvolvimento local: limites e conflitos

Crer na possibilidade de controlar o capital. Esse é o limite das propostas que vêm no desenvolvimento local uma via de transformação do sistema socioeconômico capaz de estabelecer uma relação capital x trabalho equilibrada, não hierarquizada, nem fundamentada na dominação, que seria a situação que marcaria uma verdadeira melhora na qualidade de vida da classe-que-vive-do-trabalho.

Recorremos a I. Mészáros para apreender essa a (im)possibilidade do controle do capital. Segundo este autor: “(...) o capital não pode ser controlado: ele é o próprio controlador e regulador do processo de metabolismo social” (Mészáros, 1997, p. 145). Só conseguiremos livrar-nos dele

“por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade” (Mészáros, 1996, p.131).

O capital antecede ao capitalismo e pode sobreviver a ele. O capitalismo seria, portanto, apenas uma fase histórica do processo de dominação do capital. Assim, enquanto seria relativamente fácil abolir o capitalismo, por meio, por exemplo, de um levante revolucionário, o capital mantém seu poder se não mudam as “relações metabólicas da sociedade” [13].

O sistema de metabolismo social do capital articula três dimensões inseparáveis – capital, trabalho e Estado –, assim, a emancipação do trabalho não se poderia alcançar “sem simultaneamente superar o capital e também o Estado” (Mészáros *apud* Antunes, 2000, p. 22).

A perspectiva transformadora das estratégias de desenvolvimento local, incorporando alguns elementos de justiça social ou propondo a participação do Estado e da sociedade civil como reguladores dos efeitos perversos do mercado, fica muito aquém da compreensão das mediações do sistema de metabolismo social do capital em que vivemos.

A promessa iluminista de progresso embutida na idéia de desenvolvimento capitalista consegue capturar os esforços transformadores pelos que apostam os apologistas do desenvolvimento local. O espectro que o sistema metabólico do capital consegue construir em torno da idéia de um desenvolvimento com base em aspectos sociais, ambientais e humanos, confunde àqueles que procuram uma transformação por dentro da regulação do capital. O denominado “capitalismo de rosto humano” não é mais que uma nova careta.

As práticas que verdadeiramente se implementam por trás dos discursos de renovação dos parâmetros do desenvolvimento econômico, continuam na mesma trilha: aumentar e/ou aprofundar os âmbitos onde os mecanismos de regulação do mercado são as diretrizes fundamentais. As correções que pontualmente conseguem se impor a esta dinâmica geral, não revelam uma capacidade de mudança radical, apenas soluções paliativas de curto prazo. Os níveis de pobreza, desemprego, desigualdade social ou “perturbação social” em aumento, são os indícios de uma realidade teimosa que mostra a incapacidade para a transformação de propostas apenas reformadoras.

O desenvolvimento seria mais uma das utopias nunca realizadas do capitalismo. Um espectro construído para orientar o desenvolvimento contraditório das forças produtivas no futuro (Alves, 2001).

Outros autores como W. Sachs (2000) e Furtado (1998), nos remetem a uma idéia similar: o desenvolvimento econômico como mito. No livro organizado por W. Sachs, *Dicionário do Desenvolvimento*, se aborda a idéia de desenvolvimento como a estratégia utilizada, desde finais dos anos 40, para alcançar a “ocidentalização do mundo” (Sachs, W., 2000, p. 15).

O sistema global do capital se amplia numa dupla dinâmica, horizontal e vertical. Se por um lado, o capital vai incorporando cada vez mais territórios na sua dinâmica, por outro, a intensificação das “mediações de segunda ordem do capital” passam “a se constituir como elemento fundante do ‘sistema de metabolismo social do capital’” (Antunes, 2000, p. 17). A imposição da idéia de desenvolvimento se consolida como uma estratégia que reforça esta dupla dinâmica, expandindo por todo o mundo as formas de controle ocidentais.

Celso Furtado, na sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, estabelece também essa associação entre desenvolvimento econômico e mito. Pela contundência com que critica o simulacro que se esconde por trás da idéia de desenvolvimento e pela vigência das suas conclusões [14], reproduzimos uma extensa citação desta obra:

(...) o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (...) o *desenvolvimento econômico* - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável.

Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que esta idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1998, p. 88-89. Grifos do autor).

A idéia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Seja o desenvolvimento “macro” que dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial ou o desenvolvimento local que se promove no contexto atual, a estrutura de dominação se mantém. Se o desenvolvimento, como “obrigação” para os países “subdesenvolvidos”, mostrava limites intransponíveis e “legitimava” uma situação de dependência, o “novo” desenvolvimento com base local continua, no fundamental, a repetir as mazelas que acompanham o movimento de reprodução capitalista, depois de redimensionar seu campo de implementação e de adequá-lo às idéias da democracia formal vigente.

Os adjetivos como humano, solidário ou sustentável, associados ao desenvolvimento local, são tentativas de harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano. Uma tentativa fadada ao fracasso.

Por baixo da potenciação dos recursos endógenos, do fomento à participação da sociedade civil na construção do desenvolvimento e da inter-relação harmônica com o território local, sub-jaz à lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social.

A ênfase no local, sob o ponto de vista do desenvolvimento, consiste em fortalecer as potencialidades e minimizar as deficiências numa dinâmica concorrencial com outros territórios. Envolver toda a comunidade, mobilizando-a na corrida pelo sucesso como objetivo principal e ocultando sob o lema comum da melhoria da qualidade de vida, a satisfação de necessidades reificadas e a diferenciação de “qualidades de vida” em virtude da classe social que pertença.

Considerações iniciais...

Cientes de estar abordando neste artigo aspectos parciais de um tema amplo e complexo, identificamos, neste momento, apenas uma via pela que pensamos dar continuidade em outros trabalhos à análise sobre o desenvolvimento: trata-se de questionar a relação entre desenvolvimento, participação, autonomia e controle social, mostrando como o desenvolvimento é um objetivo que serve ao interesse do controle social, como este texto já propõe .

Se as novas estratégias de desenvolvimento local fomentam a participação das comunidades locais na decisão de quais ações devem ser implementadas para garantir seu desenvolvimento, ao longo do texto mostramos que se trata de uma participação esvaziada de conteúdo diante da falta real de alternativas onde escolher. Assim, maior participação não implica maiores possibilidades de um fortalecimento da autogestão local.

Neste sentido, pretendemos, em investigações posteriores, debruçarmos sobre a relação entre uma suposta “maior autonomia” no momento das escolhas na sociedade em que vivemos e um controle social mais acirrado. Portanto, nas formas em que a interiorização das estratégias de dominação permitem um controle social “mínimo”, se temos em conta os poucos meios utilizados para assegurar esse controle, mas um controle social “máximo”, se consideramos sua intensidade.

Ainda estamos diante de uma via pouco definida, apenas uma intuição de como ampliar a crítica de um conceito poderosamente instalado no discurso avassalador do capital. O conceito, o de desenvolvimento que se nos apresenta tão naturalizado e a-histórico como o próprio capital, nos põem alertas.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. Trabalho e luta emancipatória: reestruturação produtiva do capital, pacto de classes e a epocalidade da revolução. 2001. Palestra realizada na **II Jornada sobre o Trabalho** (CEGeT), Presidente Prudente, em 20 out.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro**: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2001.

DENARDI, Reni Antonio et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná. 2000. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br>>. Acesso em: 09 jul. 2001.

DESER. Agricultura familiar e desenvolvimento local. 1997. Disponível em: <<http://www.deser.com.br>>. Acesso em: 09 jul. 2001.

ENTRENA DURÁN, Francisco. La desterritorialización de las comunidades locales y su creciente consideración como unidades de desarrollo. **Revista de desarrollo rural y cooperativismo agrario**. n. 3, 1999. Disponível em: <<http://www.cederul.unizar.es/revista/n03>>. Acesso em: 23 dez. 2002.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 211-228.

FERRÁS SEXTO, Carlos; PAREDES, Xoán M. Reflexiones sobre justicia social y desarrollo alternativo en América Latina. ¿Desarrollo local, desarrollo sostenible y/o ecosocialismo? In: RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Román et al (coord.). **Desarrollo local y regional en Iberoamérica**. Actas del Seminario Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999. p. 81-96.

FURIÓ BLASCO, Elies. El desarrollo económico endógeno y local: reflexiones sobre su enfoque interpretativo. **Estudios Regionales**, Madrid, n. 40, p. 97-112, 1994.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GABAY, Ruth Eliana. El desarrollo local: posibilidades y limitaciones. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 8., 2001, Santiago de Chile. **Actas...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

ILLICH, Ivan. Necessidades. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 155-172.

- MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 143-154.
- MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com Mészáros. **Crítica Marxista**, n. 3, p. 129-137, 1996.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital**. 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)/ Univ. Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
- NAREDO, José Manuel. **La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico**. 2. ed. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- REYES, Giovanni E. Four main theories of development: modernization, dependency, world-system and globalization. **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. n. 4, jul.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas>>. Acesso em: 25 nov. 2001.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Fermín. El desarrollo local, una aplicación geográfica. Exploración e indagación sobre su práctica. **Ería**, n. 39-40, p. 57-73, 1996.
- ROSALES, Mario. Promoción económica del territorio y desarrollo local. **Afers Internacionals**, Barcelona, n. 47, p. 69-76, 1998.
- SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.
- SANAHUJA, José Antonio. Desarrollo humano. In: REYES, Román (dir.). **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Terminología científico-social/Aproximación crítica. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/terminog.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2002.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. México: FCE, 1957 [1912].
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **IV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2002c. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo/FAPESP, 2002b.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **O Trabalho como elemento fundante para compreender o campo no Brasil**. Presidente Prudente, 2002c. (mimeogr.).
- THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.
- VALCARCEL-RESALT, J. F. Desarrollo local en España: utopía y realidad. In: **Desarrollo y Medio Ambiente en las zonas desfavorecidas**. Madrid: M.O.P.T., 1992.

*Este artigo reúne as idéias dos subitens I.2, III.2 e III.3 de nossa dissertação de mestrado: MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. “Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital”, 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

**Doutorando em Geografia junto à FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). E-mail: Jorgemon00@hotmail.com

[1] Uma obra chave neste sentido é a *Teoria do desenvolvimento econômico* de Joseph A. Schumpeter, publicada em 1912.

[2] A principal obra de J. M. Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, foi publicada em 1936 e propunha “realizar ao máximo toda a potencialidade da produção” (Keynes apud Naredo, 1996, p. 351) a partir do manejo do investimento, como a forma principal de situar-se na senda do desenvolvimento.

[3] Instituições como as do sistema das Nações Unidas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo), as saídas dos acordos de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e outras instituições com objetivos similares (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, etc.)

[4] Os “países subdesenvolvidos” seriam aqueles que não atingiriam um determinado nível de PNB, enquanto os “países desenvolvidos” seriam os que apresentariam um PNB acima desse nível. O desenvolvimento, portanto, se equipara nesta etapa, ao valor monetário fruto da soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

[5] Concordamos com autores como Naredo que rejeitam a distinção entre crescimento e desenvolvimento “por considerá-la uma digressão verbal vazia de conteúdo, arejada às vezes por uma esquerda desejosa de marcar diferenças a respeito da direita, quando ambas aparecem irmanadas nos objetivos últimos desenvolvimentistas” (1996, p. 362). Do ponto de vista da Economia ambos conceitos estão atrelados ao crescimento ou desenvolvimento da produção agregada expressa em termos monetários, diferenciando-se apenas em que o primeiro se refere a uma expansão meramente quantitativa enquanto o segundo apresenta um salto qualitativo. No entanto, tem sido o conceito de desenvolvimento o que vem sofrendo diferentes adjetivações (social, sustentável, local, integrado, humano, etc.) no intuito de apresentá-lo como o “bom crescimento” e, portanto, um objetivo para todos e por todos almejado.

[6] Salientar que esta etapa coincide com o protagonismo da Revolução Verde como estratégia produtivista para modernizar a agricultura e melhorar os níveis de alimentação dos “países subdesenvolvidos”.

[7] Sob esta denominação se busca sintetizar as metas, surgidas ao longo dos trinta anos anteriores, do desenvolvimento. Assim, são consideradas chaves as intervenções em ensino-básico, saúde, nutrição, habitação, planejamento familiar e desenvolvimento rural (Escobar, 2000). Nos anos 1990, fruto desta preocupação dos anos 1970 pelos aspectos relacionados com as necessidades humanas fundamentais no desenvolvimento e a implementação de programas de desenvolvimento que continham estas idéias, começa a utilizar-se um novo índice para medir o grau de desenvolvimento dos países: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que sob o paradigma do *desenvolvimento humano* — inspirado por A. K. Sen e sua concepção de desenvolvimento como expansão das capacidades humanas — tem em conta a esperança de vida, o nível de alfabetização e o ingresso real *per capita* para medir o grau de desenvolvimento (Sanahuja, 2000).

[8] A pesquisa que estamos começando atualmente e que deve finalizar na redação da tese de doutorado, nos permitirá retomar com maior aprofundamento esta linha de investigação.

[9] Vázquez Barquero (1993) e Rosales (1998).

[10] Rodríguez Gutiérrez (1996), DESER (1997), Brose (2000) e Denardi *et. al.* (2000).

[11] Entrena Durán (1999) expressa com clareza este ponto de vista, por outra parte, muito difundido entre os que defendem apenas um ajuste na dinâmica socioeconômica, política e territorial como saída para os desequilíbrios existentes. Este autor afirma que as populações do meio rural estão sofrendo uma “desterritorialização”, que ele entende como a perda de controle dos processos socioeconômicos globais que dominam a organização e gestão de um território local, em função do processo de globalização e dos câmbios socioeconômicos ocorridos em função de uma lógica desenvolvimentista que pregava para a sociedade agrária uma modernização que acabara com sua tradicional economia de subsistência. Estes processos tem produzido “uma erosão das estruturas sociais e das redes relacionais”, “uma desarticulação social” com “profundas modificações nas formas de estruturação das solidariedades coletivas e nas tradicionais relações entre as classes sociais” (Entrena Durán, 1998). Como resposta a esta situação viriam surgindo, sempre segundo o mesmo autor, iniciativas em busca do desenvolvimento das comunidades locais encaminhadas à manutenção dessa comunidade, a garantir sua supervivência e permanência num território, respeitando, ao mesmo tempo, seu meio ambiente. Estas iniciativas fariam parte do que ele denomina estratégias de desenvolvimento sustentável local.

[12] Aquelas que substituindo as relações primordiais entre o homem e a natureza, as relações metabólicas de primeira ordem, impõem o dinheiro ou a produção para troca como relações sociais básicas e normatizadoras.

[13] Como já vimos apresentando ao longo deste trabalho tomamos o resgate que Antunes (2000) faz das idéias de Mézáros na abordagem do conceito de sistema de metabolismo social do capital e as relações metabólicas que se estabelecem por dentro dele, divididas em mediações de primeira ordem e mediações de segunda ordem. Entendemos a mudança das “relações metabólicas da sociedade” a que aludimos no texto, como resgate das mediações metabólicas de primeira ordem e eliminação das de segunda ordem.

[14] A obra é de 1974, tendo sido reeditada a primeira parte em 1998, da qual extraímos a citação.